Câmara Municipal de Vilheri.
Proc n 134174



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

Processo: 3812	Ano:	2019	Tipo: 1	GERAL	03/09/2019-09:	07
Assunto: DOACAC	DE.	AREA	DE TER	RA		12

Interessado: 1898 GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA

Anexo SOL DOAÇÃO DE AREA DE TERRA PARA ATENDER COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO VILHENA -RONDONIA OFICIO Nº 085 /CREVI,A/GAB/ 2019

3812X2019X1

Arquivo			

MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO					
Destino	Data ,	Destino	Data		
1 Denites	3/9/19	26			
2 Samuel	06.00 10	27			
3 Semiler	05.09 19	28			
4 pc. 4 41	19.12.19	29			
5 Sender	27-41-49	30			
6 000 100	19 12 115	31			
7 Served	06-06-01	32			
8 96m 47	19.09.21	33			
9 SEMED.	01.08 21	34			
10 PGm 5	11 08.21	35			
11 Dunter	25-09-21	36			
12 P.G. M AG	13-09-21	37			
13		38			
14		39			
15		40			
16		41			
17		42			
18		43			
19		44			
20		45			
21		46			
22		47			



Secretaria de Estado da Educação



PROSOURAS O I

COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO VILHENA - RONDÔNIA

OFICIO N° 085/CREVHA/GAB/2019

Vilhena - RO 22 de Agosto de 2019.

Ao

Exmo. Senhor

EDUARDO TOSHIYA TSURU

Prefeito Municipal de Vilhena

VILHENA - RO.

A SENTER Para

amolise de deliberação

26/08/19

26/08/19

Aarearida Santos Duarte

Chefe de Gabinete

Ilustríssimo Senhor,

Ao cumprimentá-lo, venho por meio deste solicitar a Vossa Excelência a doação de uma área medindo 15,00x35,00m, para a Construção de Bloco de Salas de Aula Padrão para a Educação no Campo a ser construída junto a EMEIEF Progresso.

Informamos que é de sua importância à doação do referido imóvel, uma vez o Governo do Estado de Rondônia já efetuo a licitação da referida obra, entretanto para que seja dada a Ordem de Serviço para o inicio das obras se faz necessário à doação do referido imóvel, conforme despacho da Assessoria Jurídica da Seduc.

Sendo o que apresentamos para o momento, aguardamos sermos atendidos no pleito.

Respeitosamente,

Marizete Rover

Coordenadora Régional de Educação CRE/SEDUC/Vilhena

10 LDO MUNICIPIO Casulete do Prefeito 14817 23 / 08 / 19 10:34 Quama 2/00/09



Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

DESPACHO

De: SEDUC-ASSEJUR

Para: SEDUC-DAF

Processo Nº: 0029.054122/2017-54

Assunto: Esclarecimentos

Senhor(a),

Trata-se de processo administrativo referente à construção de bloco de salas de aula padrão na EMEF Progresso, situada em Vilhena, cuja titularidade do terreno pertence àquela municipalidade.

Deste modo, os autos foram despachados a esta assessoria jurídica a fim de que fosse elaborado termo de doação do terreno ou convênio junto à Administração Pública Municipal.

Cumpre esclarecer que, sendo o imóvel pertencente ao Município, toda a formalização do processo deve ser realizada pela Procuradoria daquele ente, cabendo aos técnicos e gestores da SEDUC as diligências e tratativas necessárias junto à Prefeitura para que se efetive o mais rápido possível a doação.

Assim, recomendamos que seja expedido ofício ao Prefeito solicitando a doação da parte do imóvel na qual se realizará as obras, bem como a relação dos documentos necessários para a devida strução do feito.

Ademais, recomenda-se ainda que o presente feito seja acompanhado pela Gerência Administrativa da SEDUC, a quem incumbirá a juntada e encaminhamento dos documentos solicitados pela Prefeitura e posterior processo de incorporação do imóvel ao patrimônio do Estado se for este o caso.

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por FRANCISCO SILVEIRA DE AGUIAR NETO, Procurador(a), em 29/07/2019, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador 7036497 e o código CRC B67A4104.

Câmara Municipal de Vilhena

Proc n

PROC 3812/19
FOLHAS 3

ENCAMINHO PROCESSO N°. 3812/19

Para Dem US

Contendo os seguintes documentos 91. 11-0.085 /19 CRE VHA/gay-

Em <u>C31</u> 09 1 2019

Responsáve Protocolo

Faineige Rosa Pedral ProtocoloGeral SEMAD

CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS E ANEXOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL VILHENA - RONDÔNIA

CERTIDÃO Livro: 130

Folha: 166/167

Certifico a pedido verbal de parte interessada que revendo os livros deste Serviço Notarial, dentre eles o Livro nº 00130, às Folhas 166/167, verifiquei constar a Escritura Pública do seguinte teor:-

ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO QUE OSÉAS JOAQUIM DA SILVA E SUA ESPOSA, OUTORGAM EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE VILHENA-RO.

OLHAS 04

Saibam quantos esta Pública Escritura virem, que aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez. (27/08/2010) nesta cidade de Vilhena - Estado de Rondônia, nesta Serventia, perante mim, Interina e duas testemunhas adiante nomeadas e no final assinadas compareceram as partes entre si justas e contratadas, a saber, de um lado, como Outorgantes Doadores: OSÉAS JOAQUÍM DA SILVA, brasileiro, agricultor, portador da CI.RG: 12.620.080-SSP/SP, inscrito no CPF/MF: 092.265.084-53, e sua esposa a Sra. LUZINETE MARIA DA SILVA, brasileira, do lar, portadora da CI.RG: 000.538.357-SSP/RO, inscrita no CPF/MF: 445.271.604-00, residentes e domiciliados nesta cidade de Vilhena/RO, casados conforme Certidão de Casamento sob nº 764, lavrada no Cartório do Registro Civil do Distrito e Município de O. A. das Flores, Comarca de Olhos D'Água das Flores/AL, às fls.: 228, do livro: B-3, em data de 13/02/1978, sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77. E do outro lado como Outorgado Donatário: MUNICÍPIO DE VILHENA-RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF: 04.092.706/0001-81, com sede no Centro Administrativo Senador Dr. Teotônio Vilella, neste ato representado por seu prefeito o Sr. JOSÉ LUIZ ROVER, brasileiro, casado, agente político, portador da CI.RG: 000.505.485-SSP/RO, inscrito no CPF/MF; 591.002.149-49, residente e domiciliado à Rua: Carlos Sthal, nº 5406, Bairro: Jardim Eldorado, nesta cidade de Vilhena/RO. Todos conhecidos por mim Interina, bem como das duas testemunhas referidas, do que dou fé. E perante estas pelos Outorgantes Doadores me foi dito que a justo título são senhores e legitimos possuidores do Imóvel denominado: LOTE RURAL nº 06 (seis), Gleba/Lote 110, da Gleba Guaporé, do Setor Rio Vermelho denominado Sitio Boa Esperança, localizado no Município de Vilhena - Estado de Rondônia, com as seguintes características, limites e confrontações: área 51,0155 ha (cinqüenta e um hectares, um are e cinquenta e um centíares); Perimetro: 4.508,50 m. Limita-se ao NORTE: Lotes 07 da Gleba/lote 110. Setor Rio Vermelho; ESTE: Lote 93, Gleba Guaporé, Setor Rio Vermelho, T. P. 34/80, separados pela Linha - 126A, a SUL: Lotes 01, 02 e 05, Gleba Lote 110, Setor Rio Vermelho; OESTE: Lote 89, Gleba Guaporé, Setor Rio Vermelho, T. P. 34/80, separados pela estrada vicinal da linha K-126. Dados do Perímetro: Partindo do marco M-25/M-59, com um azimute verdadeiro de 92°13'05", a distância de 1.998,14 m; do M-59/M-60, com um azimute verdadeiro de 181°59'15", a distância de 249,99 m. confrontando-se com a Linha 126A; do M-60/M-61, com um azimute verdadeiro de 272°03'37", a distância de 500,40 m; do M-61/M-62, com um azimute verdadeiro de 271°58'42", a distância de 500,56 m; do M-62/M-26, com um azimute verdadeiro de 271°31'02", a distância de 993,76 m; do M-26/M-25, com um azimute verdadeiro de 01°14'48", a distância de 265,65 m, confrontando-se com Estrada Vicinal da linha K-126. Imóvel adquirido através de Escritura Publica de Compra e Venda às fis.: 009, do Livro: 110, em 09/05/2008, lavrada nesta Serventia, devidamente Registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Vilhena/RO, sob nº R-3-7.313, Livro "2", aos 13/05/2008. Do qual doam uma parcela a ser denominada: LOTE RURAL nº 06-A (seis "a"), do Setor Rio Vermelho, da Gleba Guaporé, localizado no Município de Vilhena - Estado de Rondônia, com as seguintes características, limites e confrontações: área de 2,0000 ha (dois hectares); Perímetro: 600,00 m. DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice denominado 'marco M-26B', a NE da propriedade em comum com o Lote 06-R Setor Rio Vermelho Gleba Guaporé, representado na projeção Universal Transversa de Mercator - UTM, Meridiano Central 63ºW, tendo como Datum Horizontal o SAD69, coordenadas: E= 781.940,106 m e N=8.562.746,681 m; deste segue confrontando com o Lote 06-R Setor Rio Vermelho Gleba Guaporé com o azimute de 181º14'48" e a distância de 100,00 m até o vértice 'marco M-26C' (E=781.937.930 m e N=8.562.646,705 m); deste segue confrontando com o Lote 05 Gleba Lote 110 com o azimute de 271º31'02" e a distância de 200,00 m até o vértice 'marco M-26' (E=781.738,000 m e N=8.562.652,000 m) cravado na Linha limite da faixa de domínio da RO-399; deste segue confrontando com Lote 89 Setor Rio Vermelho Gleba Guaporé separado pela RO-399 com o azimute de 1º14'48" e a distância de 100,00 m até o vértice 'marco M-26A' (E=781.740,176 m e N=8.562.751,976 m) cravado na Linha limite da faixa de domínio da RO-399; deste segue confrontando com Lote 06-R Setor Rio Vermelho Gleba Guaporé com o azimute de 91°31'02" e a distância de 200,00 m até o vértice 'marco M-26B' (E=781.940,106 m e N=8.562.746,681 m); ponto inicial da descrição deste perimetro. Que possuindo d Imóvel acima descrito livre e desembaraçado de quaisquer ônus, estando justo e contratado para doá-lo ad a Página 2 (Vers

-mail: norascivilviihena@hotmail.com

Centro - Vilnena - Rondônia - CEP: 76980-000

Outorgado Donatário, já mencionado, como por bem desta escritura e na melhor forma de direito efetivamente doado tem á titulo gratuito, que desde já transfere-lhe toda posse, domínio, direitos e ações que exerciam sobre o imóvel ora doado para que dele mesmo donatário use, goze e disponha livremente como seu que fica sendo, obrigando-se os doadores por si e seus sucessores, a fazer esta doação sempre boa, firme e valiosa, respondendo pela evicção de direito quando legalmente chamados. Pelo Outorgado Donatário ante as mesmas testemunhas, me fora dito que aceita a presente doação e esta escritura em todos os seus expressos termos. E exibindo-me os seguintes documentos de Impostos: Imunidade do ITCD nos termos do Processo nº 2010646/ARVHA, de 14/06/2010, conforme Processo Declaratório nº ∖029/10, da 3ª Delegacia Regional de Finanças, sendo que o valor para base de cálculo é de R\$ 20.000,00 vinte mil reais), o qual me foi apresentado e arquivado neste Cartório juntamente com: Certidão de Inteiro eor e Ônus datada de 26/07/2010, Laudo de Avaliação de Bens e Direitos ITCD - "DOAÇAO", expedido pela 3º Delegacia Regional da Receita Estadual, Processo nº 20091182/3º DRRE, Oficio nº 250/10, expedido pela Secretaria Municipal de Terras - SEMTER, em data de 11/06/2010, Certidão Negativa de Débito expedida pelo IBAMA sob nº 1772917, Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural expedida pela Secretaria da Receita Federal - NIRF: 3.243.118-0, Código de Controle da Certidão: 95C8.3465.BCDD.5458, Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR 2006/2007/2008/2009 - Código do Imóvel: 001.074.047.414-1, Mod. Rural: 0,0000 (ha), Mód. Fiscal: 60,0000 (ha), F. Mín. Parc.: 4,0000 (ha), Área Total: 51,0155 (ha), ART nº 8207176138, CNPJ, Mapas, Memoriais Descritivos, e outros documentos necessários das partes. A Certidão de Distribuição às partes dispensam. Assim o disseram do que dou fé. FOI EXPEDIDA A GUIA DE DOI (DECLARAÇÃO SOB OPERAÇÃO IMOBILIÁRIA). Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis a promover todas as averbações que se fizerem necessárias ao registro da presente Escritura, independente de requerimento avulso. A pedido das partes lavrei esta escritura, a qual feita e lhes sendo lida, na presença das testemunhas acharam-na conforme, outorgaram, aceitaram e assinam com as duas testemunhas a tudo presente e que são: LORENO CLEBER CRUZ, brasileiro, solteiro, corretor de imóveis, portador da CI.RG: 3.859.463-0-SSP/PR e LUIZ JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, casado, corretor de imóveis, portador da CI.RG: 53.409-SSP/RO, ambos residente domiciliados nesta cidade de Vilhena/RO. Selo de Fiscalização: Emolumentos: Isento; Fuju: Não incide e Selo: Isento. Vilhena-RO, 27 de agosto de 2010. (aa.) OSÉAS JOAQUIM DA SILVA, Doador. LUZINETE MARIA DA SILVA, Doadora. MUNICÍPIO DE VILHENA-RO, JOSÉ LUIZ ROVER, do Donatário. LORENO CLEBER CRUZ, Testemunha. LUIZ JOSÉ DOS SANTOS, Testemunha. Adriana Poletini, Tabelia Substituta. Trasladada por Certidão, era o que se continha em referido ato, está tudo conforme ao seu próprio original. Eu, Adriana Poletíni, Tabelia Substituta, que a fiz extrair, conferi, subscrevo, dou fé e assino a presente. Selo de Fiscalização: G8AA6414. Emolumentos: Inento; Fuju: Não incide e Selo: Isento O referido é verdade e dou féd

Prince to

Em Testo da Verdade

Vilhena-RO, 13 de outubro de 2011.

Adriana Poletini Tabelia Substituta

ELSIN (KC DE I	MÓVEI MUMENA - R	S L ANG	, CU
Pretocoro.	5234	Averosco	P.O.Y. 1-2 O Matrice	ulado
Q R.	RO,	30 3	no Ln A grieges A C	VRO:
Ö Yansuce	<	Santos - 1		
		Oficial S	ota dos Sa ubstituta NEXOS	ntos
Emokum	, Lei 6.015/7 entos RS_	seito		
Cuetas	RS Weuto (009) 321-2	_Seios RS		

COSSIL A DE VILHENA - RONDORA

REGISTRADO DAVENBADO MATRICULADO
SOS O NE. 34 187 As Re. O.J.

do Livre nº "2"- Registro Geral.

Vilhene - RO. 23 197 12014

Kaphaela Yokola dos Santos
Oficial Substituta

> Raphaeta Yokola dos Santos Oficial Substituta



Pagina 2

Ultima Pagina





MEMORIAL DESCRITIVO

LOTE RURAL N° 06-A – GLEBA/LOTE 110 – GLEBA GUAPORÉ – SETOR RIO VERMELHO

Localização: Área Rural da Sede do Município de Vilhena.

Superficie: 2,0000 ha (dois hectares)
Perimetro: 600,00 m (seiscentos metros).

Acesso: Rodovia 399.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO CAMINHAMENTO (AZIMUTES VERDADEIROS)

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice denominado 'M-26B', a NE da propriedade em comum com o Lote 06-R, Setor Rio Vermelho Gleba Guaporé, representado na projeção Universal Transversa de Mercator - UTM, Meridiano Central 63°W, tendo como Datum Horizontal o SAD69 coordenadas: E= 781.940,106 m e N= 8.562.746.681 m; deste segue confrontando com o Lote 06-R Setor Rio Vermelho Gleba Guaporé com o azimute de 181°14'48" e a distância de 100,00 m até o vértice 'marco M-26C' (E=781.937.930 m e N=8.562.646,705 m); deste segue confrontando com o Lote 05 Gleba Lote 110 com o azimute de 271°31'02" e a distância de 200,00 m até o vértice 'marco M-26' (E=781.738,000 m e N=8.562,652,000 m) cravado na Linha limite da faixa de domínio da RO-399; deste segue confrontando com o Lote 89 Setor Rio Vermelho Gleba Guaporé separado pela RO-399 com o azimute de 1°14'48" e a distância de 100,00 m até o vértice 'marco M-26A' (E=781.740,176 m e N=8.562.751,976 m) cravado na Linha limite da faixa de domínio da RO-399; deste segue confrontando com o Lote 06-R, Setor Rio Vermelho Gleba Guaporé com o azimute de 91°31'02" e a distância de 200,00 m até o vértice 'marco M-26B' (E=781.940,106 m e N=8.562.746,681 m); ponto inicial da descrição deste perímetro.

Vilhena-RO, 12 de junho de 2012.

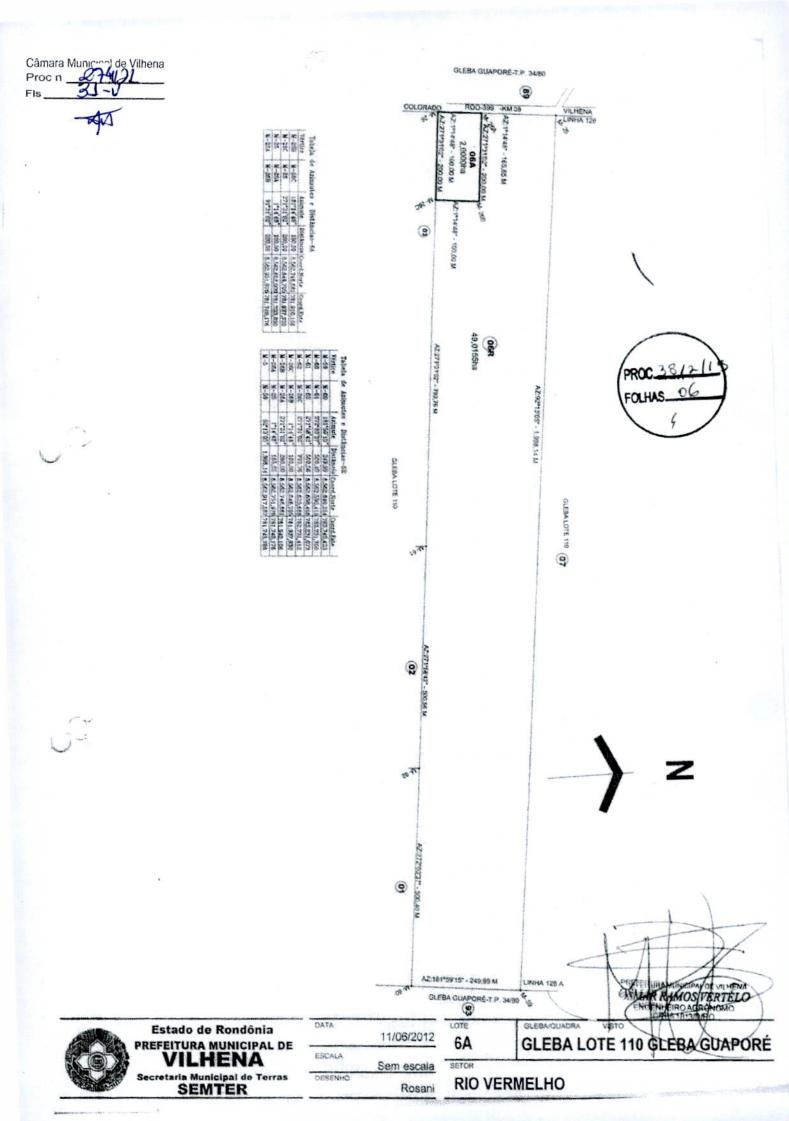
SMAR RAMOS VERTELO

EOS

CENTRO ADMINISTRATIVO SENADOR DONTOR PEQTÓNIO VILELA - PAÇO MUNICIPAL

"2012 – Centenario da Estrada de Ferro Madeira Mamoré"







MUNICÍPIO DE VILHENA SECRETARIA MUNICIPAL DE TERRAS

Câmara Municipal de Vilhena Proc n

DE:

SEMTER

PARA: SEMED

Despacho nº 02

Com os nossos cordiais cumprimentos, encaminhamos o presente processo para as providências, a saber:

Conhecimento e manifestação quanto a possibilidade de atender o requerimento de fls. 01, que versa sobre o pedido de doação de parte do imóvel onde existe edificado e em funcionamento uma escola municipal. Bem como nos informar a localização correta da escola, conforme consta dos vossos arquivos se a mesma está edificada sobre o imóvel denominado como Lote Rural 06 Gleba/Lote 110, da Gleba Guaporé, do Rio Vermelho, constante dos documentos juntados as fls. 04/06.

Viihena, 06/09/2019.

Vivian Bacaro Nunes Soares

Secretária Adjunta / SEMTER Decreto de Atribuições nº 46.456/2019

Dest. 03 autorizo! Vivian Repessold Secretária Municipal de Educação

Dec # 46.273 2019

Em resposta so Despecto ma oz es oz dos cates, esta Somed monitorio a FONOK SOBRE O pedido de doscar do ponte requendo conforme consta no decumento de Ms os.

Informemos sindo que p E.M.E.I.E.F. Progresso Esso edificado sobre o Imósel denominado como Lote RURAL Off Gleba llote 110, de Gleba Guapore, Rip Venme 146.

Vivian Repessold Secretária Municipal de Educação Dec. nº 46.273/2019



Câmara Municipal de Vilhena Proc n 274/4

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS DE VILHENA/RO

Yassuco Yokota dos Santos

"Posso todas as coisas naquele que me fortalece." (Filip 4:13)

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Livro 2 de Registro Geral

Matrícula nº:

34.187

PROC 381

Data:

23 de julho de 2012

Ficha nº: 1

Imóvel: Lote Rural nº 06-A (seis "a"), do Setor Rio Vermelho, da Gleba Guaporé, localizado no Município de Vilhena - Estado de Rondônia, com as seguintes características, limites e confrontações: área: 2,0000 ha (dois hectares); Perímetro: 600,00 m. Descrição do Perímetro: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice denominado 'marco M-26B', a NE da propriedade em comum com o Lote 06-R Setor Rio Vermelho Gleba Guaporé, representado na projeção Universal Transversa de Mercator - UTM, Meridiano Central 63°W, tendo como Datum Horizontal o SAD69, coordenadas: E=781.940,106 m e N=8.562.746,681 m; deste segue confrontando com o Lote 06-R Setor Rio Vermelho Gleba Guaporé com o azimute de 181º14'48" e a distância de 100,00 m, até o vértice 'marco M-26C" (E=781.937,930 m e N=8.562.646,705 m); deste segue confrontando com o Lote 05 Gleba Lote 110 com azimute de 271º31'02" e a distância de 200,00 m até o vértice marco M-26' (E=781.738,000 m e N=8.562.652,000 m) cravado na Linha limite da faixa de domínio da RO-399; deste segue confrontado com o Lote 89 Setor Rio Vermelho Gleba Guaporé separado pela RO-399 com azimute de 1º14'48" e a distância de 100,00 até o vértice 'marco-26A' (E=781.740,176 m e N= 8.562.751,976 m) cravado na Linha limíte da faixa de domínio da RO-399; (E=781.740,176 m e N= 8.562.751,976 m) cravado na Linna limite da faixa de dominio da RO-399, deste segue confrontando com Lote 06-R Setor Vermelho Gleba Guaporé com o azimute de N=8.562.746,681 m); ponto inicial da descrição deste perimetro. Código do Imóvel: 001.074.047.414-1, com área total de 51,0155 ha; Mod. Rural: 0,00 ha, Mod. Fiscal: 0,00 ha; Fração Min. Parc: 4,0000 ha. Proprietários: OSÉAS JOAQUIM DA SILVA, agricultor, portador da CI.RG nº 12.620.080-SSP/SP, inscrito no CPF nº 092.265.084-53, e sua esposa a Sra. LUZINETE MARIA DA SILVA, do lar, portadora da CI.RG nº 000.538.357-SSP/RO, inscrita no CPF nº 445.271.604-00, pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, ambos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade de Vilhena/RO. Matrícula Anterior sob o número 7313, no Livro "2", no Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Vilhena/RO. Protocolo nº 52342, em 18/07/2012, no Livro 1-A. Selo de Fiscalização nº G7AA1944. Emolumentos, Custas e Selo: Isento. A Oficial Raphaela Yokota dos Santos.

R-1-34,187, em 23 de julho de 2012. DOAÇÃO. Protocolo nº 52342, em 18/07/2012, no Livro 1-A. Pela Escritura Pública de Doação de 27 de agosto de 2010, (livro 130, fls. 166/167), lavrada no Cartório Único de Notas e Anexos da Comarca de Vilhena-RO, os proprietários OSEAS JOAQUIM Cartorio Unico de Notas e Anexos da Gomarca de Vilnena-RO, os proprietarios OSEAS JOAQUIM DA SILVA e sua esposa a Sra. LUZINETE MARIA DA SILVA, já qualificados, TRANSMITIRAM A TÍTULO DE DOAÇÃO o imóvel objeto da presente matrícula avaliado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); ao MUNICÍPIO DE VILHENA-RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 04.092.706/0001-81, com sede no Centro Administrativo Senador Dr. Teotônio Vilella, neste ato representado por seu prefeito o Sr. JOSÉ LUIZ ROVER, brasileiro, casado, agente político, portador da CI.RG nº 000.505.485-SSP/RO, inscrito no CPF nº 591.002.149-49. Foi apresentado o Officio/INCRA/C/INS 555/2012, datado de 19 de abril de 2012 de Ministério de Desenvoluimento. Oficio/INCRA/G/nº 555/2012, datado de 19 de abril de 2012, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Superintendência Regional de Rondônia – SR-17, autorizando o desmembramento. Selo de Fiscalização nº G7AA1945. Emolumentos, Custas e Selo: Isento. A Oficial Substituta

| Control | Co

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE VILHENA/RO

CERTIDÃO

A presente certidão, extraída por processo reprográfico, foi expedida de acordo com o Art. 19, § 1º da Lei 6.015/73, estando de conformidade com o original arquivado nesta Serventia. Conforme Decreto 93.240. 1º, IV, de 09/09/1986, válida por 30 dias. Vilhena/RO, 01 de outubro de 2019. Emolumentos: do Oficial, FUJU, FUNDEP, FUNDIMPER e Selo: Isentos.

Yassuco Yokota dos Santos, A/Oficial

Poder Judiciário do Estado de Rondônia Selo Digital de Fiscalização nº G7AAD3191019909

Consulte a autenticidade em: www.tjro.jus.br/consultaselo/g







PLANILHA DE CÁLCULOS LOTE RURAL SECRETARIA MUNICIPAL DE TERRAS

LOTE RURAL 06-A

GLEBA GUAPORÉ

SETOR **RIO VERMELHO**

Solicitação feita em:

01/11/2019

REQUERENTE: GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA (PROCESSO № 3812/2019)

FINALIDADE: CERTIDÃO DE REAVALIAÇÃO PARA FINS APURAÇÃO DO VALOR VENAL

ÁREA DO LOTE: 2,000 HA VALOR / HA R\$ 3 185,51

TOTAL RS 6 37 1,02

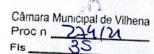
VALOR DECLARADO / INTEIRO TEOR R\$ 20.000,00

AVALIAÇÃO R\$ 20.000,00

PROC_38/2 FOLHAS 09

latala luta por

Nagara Duante Cameiro Agente Administrativo SEMTER







PODER EXECUTIVO

MUNICIPIO DE VILHENA
ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Educação

Memo. Nº 250/2019/GAB-SEMED

Vilhena, 24 de setembro de 2019.

De: **SEMED**Para: **SEMTER.**

Conforme solicitado no despacho 02 do processo 3812/2019, segue em anexo a planta de locação da obra.

VIVIAN REPESSOLD

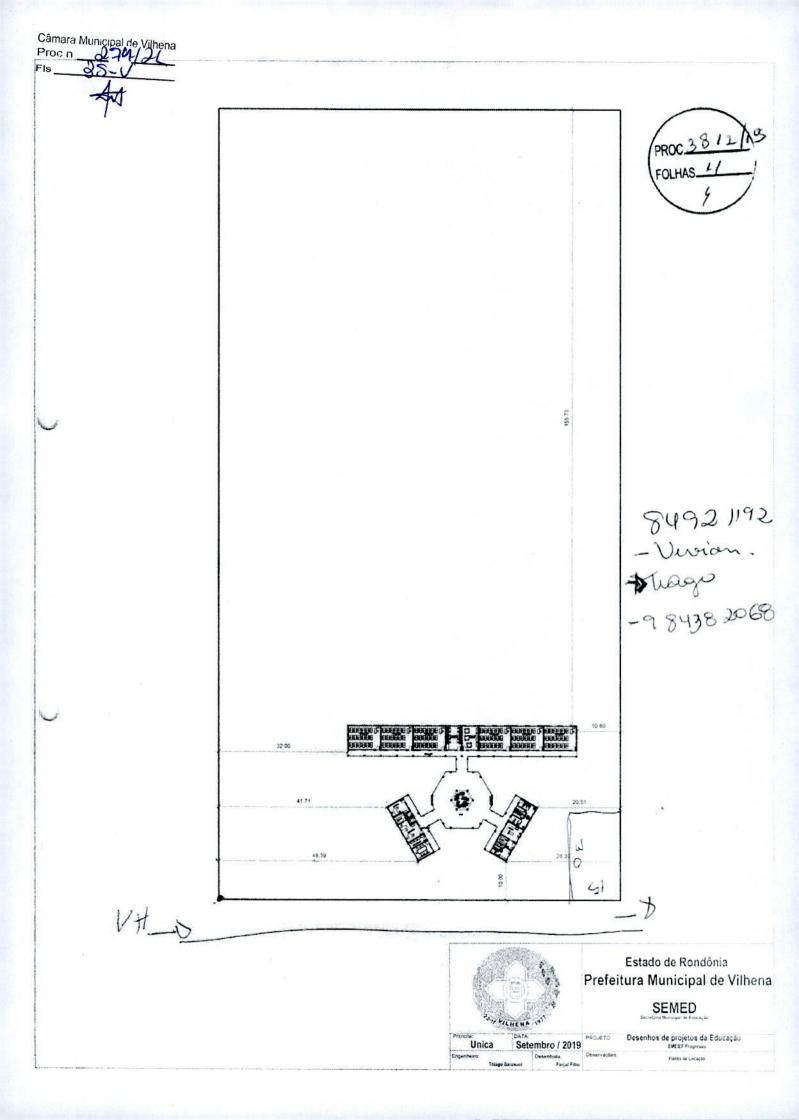
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Decreto nº 46.273/2019

Municipal de Educação

Recebido 25 09 19
AS 10 118
SEMTER

Ricardo Zancan Secretário Municipal de Terras Vilhena-RO









GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS GERÊNCIA DE ARRECADAÇÃO DECLARAÇÃO DE NÃO-INCIDÊNCIA DE ITCD

Modelo 8: Recebedor de bem de pequeno valor (art. 14, IV, do RITCD))

Protocolo: 20194200107737 - Fato Gerador: DOAÇÃO

Declarante: RICARDO ZANCAN (93185057287)

Doador: MUNICIPIO DE VILHENA (04092706000181)

Favorecido: ESTADO DE RONDONIA (00394585000171)

Bem: Terra nua (R\$ 3185.51)

Declaro, conforme determina o artigo 28, IV, do RITCD/RO, que o(s) bem(ns) ou direito(s) recebido(s) possui(em) valor igual ou inferior a 62 (sessenta e duas) UPF/RO.:

ESTADO DE RONDONIA

Imprimir

Câmara Municipal de Vilhena Proc n 24/24 Proc n 31/10/2019^{FIs} Ball

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO

Rondônia, 31 de

PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO IT

Cadastro da Identificação do Declarante

Cadastro da Identificação do Declarante concluído.

Imprima e memorize sua senha para o caso de necessitar acessar o programa de preenchimento da declaração em um outro m Para preencher a declaração ITCMD clique em Continuar.

Informa	Informações		
Protocolo	20194200107737		
Senha	fundiaria		
Fator Gerador	DOAÇÃO		
CPF/CNPJ do Declarante	931.850.572-87		
Nome	RICARDO ZANCAN		
Telefone	(69) 3331-1240		
Correio Eletrônico	semter@vilhena.ro.gov.br		
potential control of the control of			
Imprimir	Continuar		



Câmara Municipal de Vilhena Proc n 2741 2 Fis 33

2812/18 to-

PROC 3812 (18 FOLHAS 14



Page 1 of 1 Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral Câmara Municipal de Vilhena PROC. 37-11 FOLHAS. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

> Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

Proc n

PROC 3812 FOLHAS. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO DATA DE ABERTURA 06/12/1977 04.092.706/0001-81 CADASTRAL MATRIZ NOME EMPRESARIAL MUNICIPIO DE VILHENA ULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PREFEITURA DE VILHENA **DEMAIS** ODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL 84.11-6-00 - Administração pública em geral CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 124-4 - Municipio COMPLEMENTO NÚMERO 10AV RONY DE CASTRO PEREIRA 4177 QUADRA36 MUNICIPIO BAIRRO/DISTRITO RO 76.980-736 JARDIM AMERICA VILHENA ENDEREÇO ELETRÓNICO (69) 3322-3887 / (69) 3919-7011 CONTABILIDADESEMFAZ@VILHENA.RO.GOV.BR ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) MUNICÍPIO DE VILHENA DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005 ATIVA MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 12/11/2019 às 09:24:02 (data e hora de Brasilia).

Página 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

Preparar Pagina

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui. Atualize sua página



MUNICÍPIO DE VILHENA SECRETARIA MUNICIPAL DE TERRAS

Câmara Municipal de Vilhena Proc n

DE:

SEMTER

PARA: PGM

Com os nossos cordiais cumprimentos, encaminhamos o presente processo para as providências, a saber:

Conhecimento, análise, manifestação quanto a legalidade de elaboração do projeto de lei que autoriza o município a providenciar a formalização de Escritura Pública de Cessão de Uso de uma área de 0,045 ha do imóvel rural denominado como Lote 06-A da Gleba Guaporé do Setor Rio Vermelho, devidamente registrado no CRI conforme Matrícula nº 34.187 (área de 2,0000 ha) de propriedade do Município de Vilhena ao Estado de Rondônia, cujo objetivo é a construção de blocos de salas de aula padrão em substituição dos contêiner onde hoje são ministradas as aulas naquela localidade.

Vilhena, 19/11/2019.

ivian Bacaro Nunes Soares Secretária Adjunta / SEMTER

Decreto de Atribuições nº 46.456/2019







Despacho nº 05

DE:PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARA: SEMTER

Processo: 3812/2019

Com os nossos cordiais cumprimentos, encaminhamos o presente processo para que a Secretaria elabore a minuta do Projeto de Lei conforme folhas de nº16, após retornem para prosseguimento.

Vilhena (RO), 27/11/2019

Márcia Helena Firmino Procuradora Geral do Municipio



MUNICÍPIO DE VILHENA

SECRETARIA MUNICIPAL DE TERRAS

Câmara Municipal de Vilhen Proc n

DE:

SEMTER

PARA: PGM

PROC 38/2 (18)
FOLHAS 18

Em atenção ao Despacho n. 5, à fls. 17, conforme solicitado por esta PGM, seguem anexos Mensagem e Projeto de Lei que autoriza o município a providenciar a formalização de Escritura Pública de Cessão de Uso de uma área de 0,045 ha do imóvel rural denominado como Lote 06-A da Gleba Guaporé do Setor Rio Vermelho, devidamente registrado no CRI conforme Matrícula nº 34.187 (área de 2,0000 ha) de propriedade do Município de Vilhena ao Estado de Rondônia, cujo objetivo é a construção de blocos de salas de aula padrão em substituição dos contêiner onde hoje são ministradas as aulas naquela localidade.

Com os nossos cordiais cumprimentos, encaminhamos o presente processo para as providência necessárias e devido prosseguimento.

Vilhena, 19/12/2019.

Vivian Bacaro Nunes Soares Secretária Adjunta / SEMTER Decreto de Atribuições nº 46.456/2019



ESTADO DE RONDÔNIA PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE VILHENA

PROJETO DE LEI №

/2019



MENSAGEM

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores.

Tem o presente, a finalidade de encaminhar a Vossas Excelências, Projeto de Lei anexo, que AUTORIZA o Poder Executivo a outorgar concessão de uso da área de 0,045 ha do imóvel rural destacado de uma área maior com 2,0000 há (dois hectares), imóvel rural denominado Lote 06-A da Gleba Guaporé, Setor Rio Vermelho (Matrícula 34.187).

A seguinte proposta de Lei dispõe sobre possibilidade de regularização de uma situação que de fato já se afigura e cuja necessidade é premente, qual seja, a construção de blocos de salas de aula padrão, em substituição aos containers onde hoje são ministradas as aulas daquela localidade.

Com relação à Cessão de Uso de que trata este Projeto de Lei, a cedência nesta modalidade encontra guarida nos ensinamentos de Hely Lopes Meirelles, em seu Direito Administrativo Brasileiro (34ª Edição, páginas 534 e 535), onde encontramos:

Cessão de uso é a transferência gratuita de posse de um bem público de uma entidade ou órgão pra outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado. É ato de colaboração entre repartições públicas, em que aquele que tem bens desnecessários aos seus serviços cede o uso a outra que deles está precisando.

Cumpre ressaltar que a concessão administrativa de uso de bem público municipal objeto da propositura legislativa em evidência será destinada especifica e exclusivamente, em função e atendimento do interesse da coletividade, à utilização do imóvel para fins educacionais e de promoção das atividades desenvolvidas.

Câmara Municipal de Vilhena Proc n <u>274 21</u>

Por fim, aprovado o projeto de lei por esta Colenda Câmara, poderá o Executivo proceder com tais regularizações, ação que permitirá o avanço das atividades, melhor qualidade do ensino e bem estar à todos que do serviço usufruem.

for

Certo da colaboração dos Nobres Edis, desde já nos despedimos e renovamos nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

PROC 38 /1 1 19 FOLHAS 20

Eduardo ToshiyaTsuru
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE RONDÔNIA PODER EXECUTIVO

MUNICÍPIO DE VILHENA



PROJETO DE LEI N.º

, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a outorgar concessão de uso da área de 0,045 há do imóvel rural destacado de uma área maior com 2,0000 há (dois hectares), imóvel rural denominado Lote 06-A da Gleba Guaporé, Setor Rio Vermelho (Matrícula 34.187), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VILHENA no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no art. da Lei Orgânica do Município, faz saber que:

Art. 1º É autorizada a concessão de uso do imóvel descrito na Matrícula nº 34.187 do Primeiro Ofício de Registro de Imóveis ao Governo do Estado de Rondônia, para fins de utilidade pública no apoio à educação.

Parágrafo único. O imóvel área de terras com 0,045 ha destacada de uma área maior com 2,0000 ha (dois hectares), imóvel rural denominado Lote 06-A da Gleba Guaporé. Setor Rio Vermelho (Matrícula 34.187).

Art. 2º É autorizada a concessão de uso gratuita, com prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada por igual período, sucessivas vezes, desde que a finalidade estabelecida no Art. 1º desta Lei estiver sendo cumprida.

Art. 3º É autorizado ao Governo do Estado de Rondônia realizar no imóvel obras e melhorias necessárias ao cumprimento da finalidade desta concessão de uso, sempre mediante prévia anuência do Município.



ESTADO DE RONDÔNIA PODER EXECUTIVO

MUNICÍPIO DE VILHENA



Parágrafo único. Os investimentos realizados pelo Governo do Estado de Rondônia não poderão ser indenizados pelo Município e serão incorporados ao bem principal objeto da concessão de uso.

Art. 4º O Governo do Estado deverá assumir todos os ônus e encargos sobre o bem, além de zelar pela conservação e manutenção.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

Vilhena/RO, 19 de dezembro de 2019

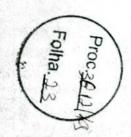
Eduardo Toshiya Tsuru PREFEITO MUNICIPAL Câmara Municipal de Vilhena Proc n 2742 Fis 41-V



DE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARA: SEMED

PROCESSO: 3812/2019



DESPACHO Nº 6



Considerando que o tempo decorrido entre o pedido para formulação de lei para doação, bem como a possibilidade de modificação da situação fática submeto o processo à Semed para manifestação de interesse em dar continuidade ao Projeto de Lei.

Após, se houver interesse declarado, que retorne a PGM para

continuidade.

Vilhena, 06 de junho de 2021.

Atenciosamente.

Marcia Helena Firmino Procuradora Geral do Município



Câmara Municipal de Vilhena Proc n 274/21 Fis 42

Procuradoría Geral do Estado - PGE

TERMO

PROC 38/2/19

CONVÊNIO № 006/PGE-2020.

CONVÊNIO QUE CELEBRAM O ESTADO DE RONDÔNIA, DE UM LADO, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC E, DE OUTRO, A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA - RO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

NCEDENTE: O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC, ominada CONCEDENTE, inscrita no CNPJ de nº 04.564.530/0001-13, situada na Rua Pe. Chiquinho, Palácio Rio Madeira, reto 01, Edifício Rio Guaporé, no Município de Porto Velho — RO, neste ato representado pelo Secretário de Estado da Educação, Sr. SUAMY VIVECANANDA LACERDA DE ABREU, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36 da lei complementar no. 733 de 10/10/2013, e;

CONVENENTE: PREFEITURA VILHENA - RO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.092.706/0001-81, situada na Av Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim America, neste Município, representada por seu atual Prefeito EDUARDO TOSHIYA TSURU, inscrito no CPF/MF nº 147.500.038/32, de acordo com a representação que 'lhe é outorgada;

Celebram o presente CONVÊNIO, o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 8.666/1993, Lei Estadual n. 3.307/13 e demais normas pertinentes, vinculando-se aos termos do processo administrativo n° 0029.525562/2019-61, mediante as seguintes cláusulas e condições:

U OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. O objeto deste Convênio é o estabelecimento de regime de cooperação, entre CONVENENTE e CONCEDENTE, na execução do projeto constante do Plano de Trabalho aprovado pelo GOVERNADOR DO ESTADO, acostado ao documento (9245140) do procedimento administrativo acima identificado, que, para todos os efeitos, é parte integrante deste instrumento, conforme descrição sucinta abaixo:

O objeto do acordo entre as partes é a liberação de recursos para a construção de 03 (três) salas de aula, para atendimento às escolas municipais de Vilhena.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. São vedados com recursos deste Convênio:

- a) A realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- b) O pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros da Administração Pública federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, que esteja lotado em qualquer dos entes participes;

Câmara Municipal de Vilhena Proc n 1942 Fis 42-V

SEVABC - 9597930 - Termo

02/07/2020

- c) O aditamento com alteração do objeto ou das metas;
- d) A utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida, ainda que em caráter de emergência;
- e) A realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência deste Convênio com recursos do mesmo;
- f) Realizar o pagamento de despesa sem antes exigir a emissão de nota fiscal.

g) Os recursos deste convênio só poderão ser repassados a entidade para atender a itens ou quantitativos que não façam parte de outro ajuste que a mesma tenha firmado para o mesmo objeto, inclusive com outro poder, notadamente com o Município onde acontecerá o evento, o que deverá ser fiscalizado pela SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO.

DO VALOR E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA SEGUNDA. O valor global do ajuste é de R\$ 252.141,55 (duzentos e cinquenta e dois mil cento e quarenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), devendo ser destinado, exclusivamente, ao objeto de que trata a cláusula primeira, sendo vedada a sua destinação a qualquer fim, elemento ou objeto diverso do indicado de forma discriminada no Plano de Trabalho aprovado pela SECRETARIA DE ESTADO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A participação financeira da CONCEDENTE será no importe R\$ 239.534,47 (duzentos e trinta e nove mil quinhentos e trinta e quatro reais e quarenta e sete centavos).

Prinágrafo SEGUNDO. A contrapartida do Convenente será de R\$ 12.607,08 (doze mil seiscentos e sete reais e ono centavos) e no uso de seus próprios bens, serviços e pessoal, para execução deste convênio, e no gerenciamento dos recursos da CONCEDENTE, responsabilizando-se, de forma integral e isolada, pelos valores que excederem o previsto.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA TERCEIRA. As despesas da CONCEDENTE decorrentes do presente ajuste à conta da seguinte programação: P/A: 12368107622130000; Natureza da Despesa: 444251; Fonte de Recursos: 010000.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os recursos serão liberados conforme definido no Plano de Trabalho, salvo se a CONVENENTE incorrer em quaisquer das hipóteses de vedação legal, tal como a irregularidade fiscal, ainda que tal fato seja anterior à celebração da avença.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÍ "SULA QUARTA. Os recursos previstos na Cláusula antecedente não poderão ser repassados a CONVENENTE sem que faça comprovação válida e tempestiva de toda a regularidade fiscal bem como a regularidade das obrigações referentes à utilização de recursos anteriormente repassados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os recursos destinados à execução deste Convênio serão obrigatoriamente movimentados através do Banco do Brasil S/A, que manterá conta específica vinculada, cujos extratos demonstrando toda a movimentação diária integrarão a prestação de contas.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Havendo contrapartida em recursos financeiros, deverá o valor correspondente ser depositado antes pelo CONVENENTE na conta vinculada, como condição para liberação da parcela pela CONCEDENTE;

PARÁGRAFO TERCEIRO. A comprovação de quitação das obrigações ajustadas em Convênios anteriores se dá pela comprovação de que não está inadimplente perante o Sistema integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e de que não está inscrito no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados – CADIN, se houverem recursos pertencentes à União; bem como a comprovação de que não está inadimplente perante o SIAFEM.

PARÁGRAFO QUARTO. Quando a liberação dos recursos for em mais de uma parcela é obrigatória a apresentação prévia de prestação de contas parcial pela CONVENENTE, e sua aprovação.

PARÁGRAFO QUINTO. Enquanto não utilizados, os recursos oriundos deste ajuste devem ser aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, bem como em fundo de aplicação financeira em curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores, contanto que em todos estes casos não prejudique a consecução do objeto nos prazos pactuados e os rendimentos auferidos sejam aplicados nos fins do Convênio.

Câmara Municipal de Vilhena Proc n 279171

DAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

CLÁUSULA QUINTA. Na execução das despesas com os recursos estaduais recebidos deverá o CONVENENTE seguir o estabelecido na Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da utilização do pregão, se for a caso, como previsto na lei nº 10.520/02, buscando sempre, para a realização das compras e serviços, frente a terceiros, economicidade, qualidade e eficiência, através de prévias cotações de preços, observando os valores, estado e características apresentadas no plano de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO. A CONCEDENTE não assume qualquer responsabilidade, ainda que subsidiária, perante terceiro pela contratação de serviços ou compra de bens e produtos, com os recursos deste Conven**PROC 38 12/19**FOLHAS 26

DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

USULA SEXTA. Fica assegurada ao Estado a prerrogativa de exercer a autoridade normativa, e o exercício do controle e fiscalização, podendo a qualquer tempo examinar e constatar in loco a aplicação dos recursos, diretamente ou através de terceiros credenciados.

DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

CLÁUSULA SÉTIMA. Para a consecução dos objetivos definidos na cláusula primeira os partícipes se comprometem e aceitam.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONCEDENTE:

- a) Repassar os recursos financeiros indicados na cláusula segunda, na forma estabelecida na legislação pertinente;
- b) Fiscalizar e avaliar a execução deste Convênio, designando comissão de servidores;
- c) Analisar as comprovações de gastos e julgar a prestação de contas, atendendo prioritariamente ao que dispõe a clausula quinta;
- ertificar-se, através da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas SEGEP, oficiando ao órgão, de que os atuais membros da diretoria da entidade não se tratam de servidores estaduais da ativa do Estado de Rondônia, o que em caso afirmativo constituirá impedimento ao repasse dos recursos.
- e) Diligenciar no sentido de verificar se há outros ajustes com a CONVENENTE, para o mesmo evento, cuidando de evitar pagamento em duplicidade para o mesmo item, declarando no processo essa providência, para a boa e correta prestação de contas;
- f) Somente autorizar o repasse dos recursos se a convenente e os membros da sua atual diretoria não tiverem prestação de contas anteriores rejeitadas ou que por algum outro motivo estejam pendentes de solução com a Fazenda Estadual por culpa da referida entidade;
- g) Encaminhar o termo de convênio após colhidas as suas assinaturas à Procuradoria Geral do Estado, para registro e publicação de seu extrato na imprensa oficial; e
- h) Observar as vedações constantes da legislação, inclusive, a eleitoral;

PARÁGRAFO SEGUNDO. A CONVENENTE:

a) Executar as atividades pactuadas de acordo com o plano de trabalho e seus anexos, atendendo ainda a todas as normas de segurança, para o desenvolvimento do evento;

SEI/ABC - 9597930 - Termo

02/07/2020

- b) Manter em boas condições de segurança em arquivo todo e qualquer documento relativo a este Convênio pelo prazo mínimo de cinco anos, contados da aprovação das contas do gestor da CONCEDENTE pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, correspondente ao exercício da concessão dos recursos:
- c) Propiciar aos técnicos da CONCEDENTE o livre acesso para acompanhamento, supervisão, controle e fiscalização da execução deste Convênio;
- d) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciários decorrentes de utilização de recursos humanos, nos trabalhos deste Convênio, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre ele;
- e) Apresentar relatórios de execução físico-financeira e prestar contas dos recursos recebidos, na forma estabelecida na legislação pertinente, mencionada neste Convênio;
- f) Exigir caso a caso a nota fiscal nos serviços e compras efetuados de terceiros, sendo vedado efetuar pagamento sem o atendimento dessa condição;

Indicar por escrito se há outros convênios ou outro tipo de ajuste para a mesma finalidade, descrita na cláusula primeira;

- g) Apresentar certidão negativa do Tribunal de Contas do Estado, da mesma e dos atuais diretores;
- h) Observar como parámetro, para a aprovação dos preços a serem contratados, os preços praticados pela Administração Pública do Estado de Rondônia, especialmente aquele objeto de registro de preços, para atenda item contratado;
- i) Observar as vedações constantes da legislação, inclusive a eleitoral.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA OITAVA. Este convênio entre os partícipes terá execução de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir da efetiva liberação dos recursos pela concedente ou firmamento deste Convênio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A vigência do convênio será prorrogada, de oficio pela CONCEDENTE quando houver atraso na liberação dos recursos, limitado a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Encerrado o prazo para a execução, a CONVENENTE tem até 60 (sessenta) dias após o encerramento do ano fiscal, para a prestação de contas final quanto aos recursos por ela recebidos naquele ano.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

C JSULA NONA - A CONVENENTE deverá realizar a prestação de contas dos recursos recebidos, após conclusão de cada uma das etapas previstas no plano de trabalho e ao final, dentro do prazo previsto na cláusula oitava.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A prestação de contas parcial e final será analisada e avaliada pela CONCEDENTE, que emitirá parecer sob os seguintes aspectos:

- a) Técnico quanto à execução física e atendimento dos objetivos do Convênio;
- b) Financeiro quanto à correta e regular aplicação dos recursos do Convênio.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A prestação de contas deverá ser feita em forma de relatório acompanhado necessariamente destes documentos, naquilo que couber:

- a) Oficio de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Cópia do Termo de Convênio, com a indicação da data de sua publicação;
- c) Plano de Trabalho na forma estabelecida na legislação pertinente;
- d) Relatório de execução físico/financeiro,
- e) Relação dos pagamentos realizados, com os respectivos números de notas fiscais, por ordem de datas destes pagamentos;

- f) Demonstrativo da execução da receita e da despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação financeira, se for o caso, e os saldos;
- g) Extrato bancário integral da conta corrente;
- h) Relação dos bens e serviços, adquiridos, produzidos ou construídos com os recursos recebidos do Estado;
- i) Termos de recebimento provisório e definitivo, quando se tratar de obra de engenharia;

Câmara Municipal de Vilhena

j) Cotações de preços empregadas, para as aquisições dos bens e realização dos serviços;

Proc n _

PROC 38 (21)

- k) Cópia das faturas, notas fiscais, recibos de pagamentos, dos cheques, dos manuais relativos aos produtos adquiridos, com as garantías, ordens bancárias e/ou guias de recolhimento bancário, tudo autenticado;
- I) Conciliação bancária;
- m) Comprovante do recolhimento do saldo bancário do recurso, se houver;
- n) Toda a documentação referente às compras e serviços:
- o) Cópia do termo de aceitação definitiva de obras, quando o convênio almejar a execução de obra ou serviço de engenharia;
- p) Cópia do cronograma físico financeiro;
- Comprovante de recolhimento do saldo de recursos à conta indicada pela CONCEDENTE;

ÁGRAFO TERCEIRO - A contrapartida da CONVENENTE será demonstrada no relatório de execução físicofinanceiro, bem como na prestação de contas.

DA DENÚNCIA E RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA - Este Convênio poderá ser denunciado por escrito a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexequíveis, dele decorrendo as responsabilidades pelas obrigações contraídas no prazo da sua vigência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Constituem, particularmente, motivos de rescisão a constatação das seguintes situações:

a) A falta de apresentação de comprovação de gastos e prestação de contas, na forma pactuada e nos prazos exigidos; e

utilização dos recursos e dos bens através deles adquiridos em outra finalidade que não seja a constante do มเส้กัด de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Em caso de denúncia ou rescisão a CONVENENTE devolverá imediatamente os valores restantes, na forma prevista neste instrumento.

DA PROPRIEDADE DOS BENS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os partícipes ficam obrigados a observar o seguinte:

- a) Todo bem corpóreo que tenha sido produzido construído ou adquirido com os recursos do CONVENENTE fará parte integrante do seu acervo patrimonial, devendo ser tombado mediante aposição de plaquetas numéricas de identificação específica, constando de fichas patrimoniais e termos de responsabilidades;
- b) O uso do bem ou equipamento só é permitido para os fins definidos no plano de trabalho aprovado pela autoridade competente;
- c) O bem ou equipamento adquirido com recursos deste Convênio é de propriedade da CONCEDENTE, respondendo a CONVENENTE por seu dirigente por eles, e pelas perdas e danos solidariamente, salvo por fato resultante de caso fortuito ou força maior; e

Câmara Municipal de Vilhena

SEI/ABC - 9597930 - Termo

d) Ao término do Convênio, se a CONCEDENTE entender que o bem foi utilizado satisfatoriamente nos fins do Convênio, poderá vir a cedê-lo à comunidade, através de doação, depois de feita a constatação in loco e avaliação, por comissão de técnicos.

DA RESTITUIÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. A CONVENENTE se compromete a restituir os valores repassados pela CONCEDENTE, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Pública, na hipótese de inexecução do objeto deste Convênio.

DA VALIDADE DO CONVÊNIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. A validade do presente Convênio está condicionada a juntada do Termo Cooperação entre o Estado de Rondônia e o Município, que terá vigência por 20 (vinte) anos a ser especificado as obrigações no referido ajuste, bem como que garanta a posse e o uso pelo Estado por período mínimo eu justifique o investimento.

DA PUBLICIDADE

USULA DÉCIMA QUARTA. Em todo e qualquer bem, equipamento, obra ou ação relacionados com o objetivo descrito na cláusula primeira, será obrigatoriamente destacada a participação da CONCEDENTE e da CONVENENTE, mediante identificação, através de placa, faixa e adesivos, ficando vedados nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção de pessoas, inclusive de autoridades ou servidores públicos. Também será destacada a participação quando ocorrer divulgação, através de jornal, rádio e/ou televisão.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. Após as assinaturas neste Convênio a Procuradoria Geral do Estado providenciará a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho-RO, para dirimir as questões decorrentes deste Convênio.

P · firmeza e como prova do acordado, é digitado o presente Convênio, o qual, depois de lido e acha conforme, vai assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado. Porto Velho-RO, 06 de ianeiro de 2020.

SUAMY VIVECANANDA LACERDA DE ABREU Secretário de Estado da Educação	EDUARDO TOSHIYA TSURU Prefeito
Termo elaborado na forma do art. 23, inciso I, da Lei Complementar Es informações e documentos constantes dos autos do pro	
FRANCISCO SILVEIRA DE AGUIAR NETO Procurador do Estado	JURACI JORGE DA SILVA Procurador Geral do Estado



Documento assinado eletronicamente por FRANCISCO SILVEIRA DE AGUIAR NETO, Procurador(a), em 06/01/2020, às 18:35, conforme horário oficial de Brasilia, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do <u>Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.</u>



Documento assinado eletronicamente por Eduardo Toshiya Tsuru, Usuário Externo, em 07/01/2020, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por Juraci Jorge da Silva, Procurador(a), em 07/01/2020, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, Secretário(a), em 07/01/2020, às 16:29, conforme horário oficial de Brasilia, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 19 e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEL informando o código verificador 9597930 e o código CRC 7E4CAE9E.

Referência: Caso responda este(a) Termo, indicar expressamente o Processo nº 0029.525562/2019-61

SEI nº 9597930



Câmara Municipal de Vilhena

Proc n



PODER EXECUTIVO MUNICIPIO DE VILHENA ESTADO DE RONDÔNIA Secretaria de Educação

Processo: 3812/2019

FI: 31

Despacho n.º 08

De: SEMED Para: PGM

Com os nossos cordiais cumprimentos, encaminhamos o presente processo para as providências, a saber:

Em resposta ao despacho n.º 06 (fls. 23), devolvemos os autos para manifestação jurídica, acerca da doação de uma área medindo 15,00x35,00m, para construção de blocos de salas de aula padrão para educação no campo, na E.M.El.E.F. Progresso. Esclarecemos que a doação da área solicitada seria para construção de salas de aula, esclarecemos que conforme informações no Oficio nº 085/CREVHA/GAB/2019 de 22 de agosto de 2019, o Governo do Estado de Rondônia estaria licitando a construção da obra, deste modo para a ordem de serviço seria necessária a doação, ocorre que durante o ano de 2020 através do Convênio nº 006/PGE-2020 o Estado de Rondônia por intermédio da SEDUC realizou convenio para que o Munícipio de Vilhena através da SEMED realizasse a contratação de empresa para construção de 3 salas de aula na Escola Progresso, licitação esta que ocorreu através do Processo Administrativo 2470/2020 que teve como ganhador a empresa Fatorial Construções LTDA, obra esta que esta em fase final, esclarecemos ainda que as referida salas construídas serão utilizadas pela SEDUC para atendimento aos alunos matriculados no ensino médio daquela localidade.

Desta forma encaminhamos os autos para manifestação jurídica quanto a legalidade de continuação do referido projeto de Lei para doação da área solicitada.

Vilhena, 19 de julho de 2021.

Encaminhado por Nelci Soura rinous.

Autorizado por

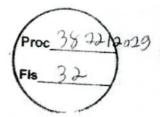
SEMLD

Ronaldo Davi Alevato Decreto nº 50.976/2021



PODER EXECUTIVO PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA ESTADO DE RONDÔNIA Procuradoria Geral do Município

PARECER Nº 468/2021-PGM



Despacho 09

De: Procuradoria-Geral do Município

Para: SEMED

Processo: 3812/2019.

Câmara Municipal de Vilhena Proc n 27421 Fis 46

Aportou nesta Procuradoria o processo administrativo nº 3812/2019.

Conforme o oficio nº 085/CREVHA/GAB/2019 foi solicitado pelo Estado de Rondônia a doação de uma área medindo 15,00m X 35,00m para a Construção de Bloco de Salas de Aula Padrão para a Educação no Campo a ser construída junto a EMEIEF Progresso. O terreno é registrado no 1º Cartório de Registro de Imóveis como Lote 06-A da Gleba Guaporé do Setor Rio Vermelho, conforme a matrícula nº 34.187, sendo que, será doado apenas uma porção de 0,045 ha desse terreno.

Após o despacho 08, veio o processo concluso para parecer jurídico sobre a legalidade da doação.

Esse é o relatório, passo a decidir.

Conforme o artigo 17, inciso I, alínea "b" da lei nº 8.666 de 1993 a doação é permitida para outro órgão da Administração Pública:

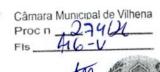
Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

1 gal

igèq Əsu



PODER EXECUTIVO PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA ESTADO DE RONDÔNIA



Procuradoria Geral do Município

O parágrafo §1º, do artigo 17, da lei nº 8.666 de 1993 descreve que na hipótese de cessação do interesse público da doação, o bem imóvel deverá voltar para a pessoa jurídica doadora:

§ 1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário.

A lei nº 14.133 de 2021 também dispôs sobre a doação de imóvel público no artigo 76, inciso I, alínea "b":

Art. 76. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - tratando-se de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:

 b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas "f", "g" e "h" deste inciso;

> Pági 9an

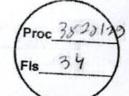
Já o parágrafo 2°, do artigo 76, da lei nº14.133 tem uma redação similar ao parágrafo §1°, do artigo 17, da lei nº 8.666 de 1993 como pode ser visto a seguir:

§ 2º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I do caput deste artigo, cessadas as razões que justificaram sua doação, serão revertidos ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada sua alienação pelo beneficiário.

Observando os dispositivos acima, os requisitos para haver a doação de bem imóvel público para outro Ente Federativo são esses:



PODER EXECUTIVO PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA ESTADO DE RONDÔNIA Procuradoria Geral do Município



1 – Interesse público justificada, 2 – Avaliação Prévia, 3 - Autorização
 Legislativa.

No caso em tela, como a doação é para outra esfera Federativa, a licitação é dispensada.

O interesse público está justificado nas fls. 1, 2 e 31, pois a área a ser doada será utilizada para construção de blocos de salas de aula padrão para educação no campo, E.M.EI.E.F. Progresso.

Há avaliação prévia do bem a ser doado nas fls. 09.

Há projeto de lei para autorização legislativa nas fls. 19 a 22, dessa maneira, foram cumpridos os requisitos não só da lei nº 8.666 de 1993 como também da lei nº 14.133 de 2021.

Sendo assim, deve haver prosseguimento do referido projeto de lei para a doação da área solicitada.

S.M.J. esse é o parecer.

Câmara Municipal de Vilhena Proc n 27 4 7

FIs____

M

Vilhena, 06 de agosto 2021.

Igor Demétrio Vanucci Cardoso

Procurador Municipal

igåq ðen





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Processo	n°_	38	121	2013
Folha n°_	3	5	an zonalezan	

Despacho n.º 09

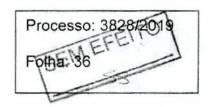
DE: PROCURADORIA GERAL DO MUN PARA: Jumbol	IICÍPIO
	ntos, estamos encaminhando o presente
<u> </u>	·
Vilhena (RO) 06 10 01 2021	who -

Matilde Pessoa Amara!
Procuradona Geral do Municipio



PODER EXECUTIVO MUNICIPIO DE VILHENA ESTADO DE RONDÔNIA





De: SEMED/ORÇAMENTO

Para: PGM

Despacho nº 10

Câmara Municipal de Vilhena Proc n 294/31

Com os nossos cordiais cumprimentos, encaminhamos o presente processo para as providências, a saber:

Em resposta ao despacho nº 09, em que a Procuradoria emitiu parecer favorável quanto a doação de área para a Construção de Bloco de Salas de Aula Padrão para a Educação no Campo, encaminhamos os autos para prosseguimento.

Vilhena, 17 de agosto de 2021.

Conferido

Visto

Secretária Municipal de Educação Decreto nº 53.169/2021

Sally Sharon Melo Lima Divisão Orçamentária SEMED





Proc. 3812/2019

Folha7

37

DE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Desp. nº 11

PARA: SEMTER

Através do presente, encaminho os autos para atualização da planilha de cálculos para fins de apuração do valor venal.

Vilhena (RO), 25/08/2021.

Tiago Cavalcagti Lima de Holanda SUBPROCURADOR



PLANILHA DE CÁLCULOS LOTE RURAL SECRETARIA MUNICIPAL DE TERRAS

CRETARIA MUNICIPAL DE TERRAS
SEMTER
SOLICIT

LOTE

Parte do lote rural 06-A

GLEBA GUAPORÉ SETOR

RIO VERMELHO

Solicitação feita em:

13/09/2021

VENDEDOR (ES): GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA (PROCESSO № 3812/2019)

COMPRADOR(ES): CERTIDÃO DE REAVALIAÇÃO PARA FINS DE APURAÇÃO DO VALOR VENAL

ÁREA DO LOTE: 0,0525 HA

VALOR / HA R\$ 3.185,51

TOTAL R\$ 167,23



▼ALOR DECLARADO DE COMPRA E VENDA R\$ 525,00 (Valor da avaliação baseado na avaliação retirada da Certidão de Inteiro Teor - R\$ 20.000,00)

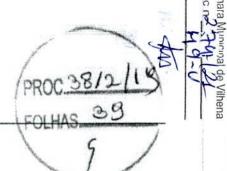
AVALIAÇÃO FINAL R\$ 525,00 (02) %

Câmara Municinal de Vilhena Proc n 274121

Nayara Duarte Carnelro Agente Administrativo SEMTER



MUNICÍPIO DE VILHENA SECRETARIA MUNICIPAL DE TERRAS



DE:

SEMTER

PARA: P.G.M

Despacho nº 12

Em atendimento ao vosso despacho as (fls. 37 - Proc. Administrativo nº 3812/19), fora juntada nova planilha de cálculo para apuração da base para cobrança de ITBI, lembrando que o valor apurado não reflete o valor mercadológico do imóvel Rural denominado como Lote 06-A, da Gleba Guaporé, do Setor Rio Vermelho.

Vilhena-RO, 13/09/2021.

Jullie Christian Arrigo Secretária Ádjunta/SEMTER Decreto nº 51.360/2021





MEMORIAL DESCRITIVO

PARTE DO LT RURAL 06-A – SETOR RIO VERMELHO, GLEBA GUAPORÉ

Localização: Área Urbana da Sede do Município de Vilhena. Superfície: 0,0525 ha (cinco ares e vinte e cinco centiares).

Perímetro: 100 m (cem metros)

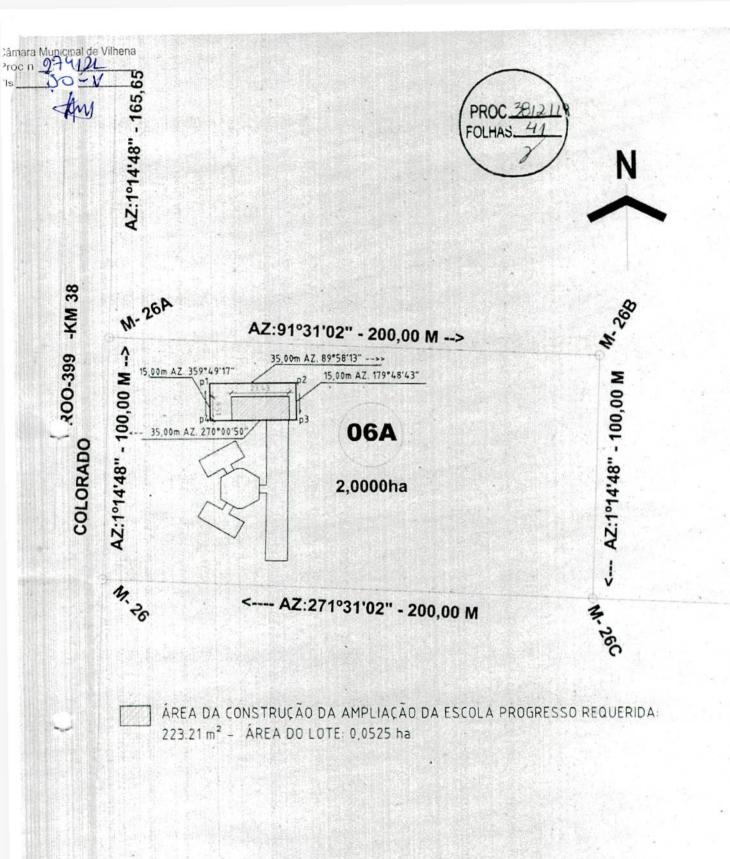
Acesso: RO - 399 - KM 38

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO CAMINHAMENTO (AZIMUTES VERDADEIROS)

Marcos	Azimute	Compr. (m)	Confrontações
P1 – P2	89°58'13"	35,00 m	Norte (direita): com parte da Chácara 06-
P2 - P3	179°48'43"	15,00 m	Leste (fundo): com parte da Chácara 06-A
P3 – P4	270°00'50"	35,00 m	Sul (esquerda): com parte da Chácara 06-
P4 – P1	359°49'17"	15,00 m	Oeste (frente): com parte da Chácara 06-

Vilhena-RO, 20 de outubro de 2021.

Lucas S. V. Varanda Arquiteto e Urbanista CAU Nº A166849 - 8



MUNICÍPIO DE VILHENA

QUADRA

LOTE

PARTE DO LT RURAL 6A

LOCALIZAÇÃO:

SETOR RIO VERMELHO, GLEBA GUAPORÉ

ESCALA:

1/1500

LUCAS DATA

19/10/2021

Lucas S. Waranda Arquiteto e Urbanista CAU N° A156849 - 8

Visto / resp. técnico





DESPACHO

DE	SETOR DE ARQUITETURA - SEMTER	. Nº 13/2021
PARA	PGM	DATA: 21/10/2021

Com nossos cordiais cumprimentos, encaminho o referido processo com os mapas e memoriais solicitados. Aproveito para informar que foi destacada a área de 0,0525 ha, solicitada para doação, de dentro do lote rural 06-A, conforme peças técnicas acostadas.

Atenciosamente,

Lucas S. V. Varanda Arquiteto e Urbanista CAU Nº A166849 - 8



PODER EXECUTIVO PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA ESTADO DE RONDÔNIA Procuradoria Geral do Município



PARECER Nº 710/2021-PGM

Processos: 3812/2019.

Aportou nesta Procuradoria o processo administrativo nº 3812/2019.

Conforme o parecer nº 468/2021 fls. 32, o relatório menciona que foi solicitado pelo Estado de Rondônia a doação de uma área medindo 15,00m x 35,00 m para a Construção de Bloco de Salas de Aula Padrão para a Educação no Campo a ser construída junto a EMEIEF Progresso. Dispõe também no relatório que o terreno é registrado no 1º Cartório de Registro de Imóveis como Lote 06-A da Gleba Guaporé do Setor Rio Vermelho, conforme a matrícula nº 34.187, sendo que, será doado apenas uma porção de "0,045 ha" desse terreno. Esse parecer foi baseado nas fls. 18 em que a SEMTER indica esses valores e tamanhos.

Todavia, conforme as fls. 38 a área correta para doação é de 0,0525 ha e não 0,045 ha, dessa maneira, a minuta do projeto de lei (fls. 21) deve ser retificada para se adequar a essa alteração.

Sendo assim, envio esse processo para a feitura do projeto de lei retificado e também para a confecção do termo de doação.

S.M.J. esse é o parecer.

Vilhena, 10 de novembro de 2021.

so

Igor Demétrio Vanucci Cardos Procurador Municipal Pagi 9an